

A saúde e os Direitos Humanos

04 MAR 1979

JORNAL DE BRASÍLIA

Peter G. Bourne (*)

Washington — O direito à saúde e o nosso compromisso moral de ajudar a garantir este direito é parte integrante da política externa do governo do presidente Carter. A velha noção de doadores e beneficiários está começando a desaparecer à luz de uma nova conscientização de interdependência mundial e de um compromisso do presidente Carter com uma nova associação global voltada para o atendimento das necessidades humanas básicas dos povos de todas as partes, independentemente de suas políticas ou ideologias.

Atualmente, mais de um bilhão de pessoas vivem na mais absoluta miséria, pelo menos 250 milhões contraem malária, 200 milhões sofrem de esquistossomose e de outras moléstias infecciosas ou parasitárias. Em vários países africanos, por exemplo, 50 por cento das crianças morrem antes de atingir os cinco anos de idade. Em todo o mundo, milhões de crianças morrem de doenças evitáveis, muitas simplesmente porque menos de 10 por cento das 80 milhões de crianças que nascem anualmente não são imunizadas contra essas moléstias. Apesar de nossos esforços para amenizar a fome mundial, mais de 300 milhões de crianças padecem dos efeitos da desnutrição. A disenteria, a gastroenterite e várias infecções cutâneas poderiam ser evitadas se se utilizasse água limpa, uma necessidade humana básica negada a quase 71 por cento da família humana, em todo o mundo.

A amplitude do envolvimento norte-americano nas atividades internacionais de saúde inclui, surpreendentemente, cerca de 22 agências federais diferentes. Seus gastos atingem um total de 1.343.8 milhões de dólares. Do ponto de vista financeiro, o envolvimento do setor privado nas atividades internacionais de saúde é mais amplo do que o do setor público. Igrejas, agências voluntárias, fundações e universidades estão amplamente envolvidas nessas atividades. Em todo o mundo em desenvolvimento, existem cerca de 4.000 instalações de assistência à saúde vinculadas a igrejas, que vão desde

postos para atendimento de trabalhadores rurais e escolas médicas e de enfermagem.

A estratégia norte-americana de mobilização de recursos humanos para as atividades internacionais de saúde deve abranger o seguinte:

- Fortalecer as qualificações das instituições dos países em desenvolvimento, a fim de proporcionar treinamento e empregar seus próprios trabalhadores no atendimento das necessidades de saúde das populações rurais desses países.

- Aumentar a disponibilidade de um número maior de profissionais norte-americanos altamente qualificados em questões de saúde para trabalhar em países onde haja maior escassez de profissionais no setor de saúde.

- Aumentar as oportunidades de intercâmbio de treinamento, nos Estados Unidos, de profissionais sanitários dos países em desenvolvimento que necessitam de treinamento especializado para o exercício de funções em seus países.

- Ampliar os relacionamentos de treinamento do setor privado norte-americano, a fim de incluir toda a assistência à saúde e o sistema de apoio de recursos humanos em todos os níveis do sistema de saúde, dispensando-se especial atenção à formação de pesquisadores para uma auto-suficiência regional nos problemas de pesquisa de saúde.

Na busca desses elementos de uma estratégia norte-americana, devemos ater-nos a certos princípios:

- Os Estados Unidos devem confiar em seus próprios cidadãos para atender suas necessidades internas e as internacionais de recursos humanos destinados à assistência de saúde.

- Tendo em vista a natureza do trabalho internacional de saúde, os antecedentes pessoais e a tradição dos profissionais no campo da saúde de trabalho em outros países devem ser consideradas pelo menos tão importantes como as qualificações técnicas, científicas e administrativas.

- Um número maior, ao invés de apenas umas poucas organizações tanto do governo norte-americano como do setor privado, bem como de pessoal, deveriam ser atraídos para o trabalho internacional de saúde.

- Relacionar todas as atividades norte-americanas de pesquisa internacional de saúde, para definir as prioridades estabelecidas coletivamente com todos os países e todas as agências e organizações dos Estados Unidos. O governo dos EUA, mediante seu próprio trabalho e o do setor privado, ao qual empresta seu apoio, deveria dedicar-se à pesquisa de problemas para os quais ainda não foram encontradas soluções. Isto aplica-se, especialmente, a problemas nos países em desenvolvimento para os quais os enfoques biomédicos apresentam maiores probabilidades de êxito, e que atingem um maior número de pessoas.

- Deveriam ser selecionados objetivos específicos de pesquisa dentro desses critérios, e programados compromissos e apoio a longo prazo para trabalho na pesquisa básica mediante demonstração e aplicação de soluções. A participação norte-americana, juntamente com a de outras nações, no bem sucedido esforço mundial de erradicação da varíola talvez represente o melhor exemplo da eficácia de tal enfoque.

- Os Estados Unidos deveriam revitalizar seus atuais centros de pesquisa em outros países, que são, atualmente, 15.

Fora dos problemas mundiais específicos e maciços, que exigem atenção continuada de todos os países e organizações, os esforços norte-americanos de pesquisa devem voltar-se para o desenvolvimento de conhecimentos a serem utilizados pelos países no estabelecimento de sistemas de saúde auto-suficientes capazes de atender suas necessidades permanentes de saúde.

As corporações multinacionais sediadas nos Estados Unidos têm uma

presença importante nos países em desenvolvimento, onde empregam milhões de pessoas e têm o potencial de afetar a saúde de todos por intermédio dos bens e serviços que proporcionam. Muitas dessas firmas financiam e proporcionam diretamente serviços de saúde aos funcionários e seus dependentes, e, ocasionalmente, à comunidade. A indústria privada, desta forma, pode desempenhar um papel-chave no comércio internacional e na assistência à saúde.

Um dos principais objetivos norte-americanos deveria ser o de incorporar as políticas gerenciais da saúde e dos recursos internacionais. As políticas financeiras e comerciais deveriam reconhecer o papel da saúde na política internacional norte-americana dos direitos humanos e enquadrar os aspectos singulares dos recursos do setor da saúde.

Se os países em desenvolvimento conseguirem manter um grande esforço, um compromisso governamental indispensável de aumentar os recursos, e se os doadores colaborarem, as seguintes realizações no setor da saúde poderão tornar-se possíveis nos próximos 10 anos:

- Um aumento na média provável de vida de cinco a 10 anos por década nos países onde a média de vida por ocasião do nascimento é inferior a 60 anos.

- Redução no índice de mortalidade infantil em cinco a 10 mortes anualmente, por cada mil crianças que nascem vivas nos países com índice de mortalidade infantil superior a 50 por cada mil nascimentos bem sucedidos.

- Redução no índice de mortalidade infantil de crianças entre um e quatro anos de três mortes por cada mil crianças em países onde a mortalidade infantil na idade pré-escolar é superior a seis mortes por cada mil crianças.

(*) — Assistente Especial do Presidente do Estados Unidos para questões de saúde